



Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1.980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 145.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1.980.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados: Tadeu Lúcio Machado e Augusto Carneiro.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer. 49 (quarenta e nove). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Deni Schwartz, Francisco Escorsin, Gilberto Agibert Filho, Nelton Friedrich, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Tulio Zanchet, Valduga e Wilson Fortes. 9.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o competente Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de aplauso para a comunidade mourãoense, pela brilhante vitória alcançada, domingo próximo passado, sobre a cidade de Santos (SP), na gincana CIDADE X CIDADE — Programa Silvio Santos, demonstrando a comunidade mourãoense um grande amor pela sua cidade e entusiasmo na divulgação das coisas de sua terra.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido é fundamentado na forma dinâmica e espetacular com que nossa gente ao se apresentar frente a tão importante cidade oponente, demonstrou com galhardia e denodo

a vontade de vencer, levando mais alto o bom nome de Campo Mourão a todos os quadrantes deste Brasil. Mostrando também, que nosso povo sabe se agigantar perante os grandes, porque gigante e forte é a força de vontade do povo mourãoense.

Esta vitória, de uma cidade com apenas 30 anos de existência, sobre a quase cinquentenária e opulenta cidade paulista, veio demonstrar o amor que une nossa comunidade, quando se trata principalmente, de divulgar o que temos e o que ainda conseguiremos, se continuarmos unidos e coesos em prol da causa comum.

Dentro desta justificativa, toda a comunidade mourãoense merece nossos aplausos e gratidão, confiantes de que novas vitórias virão, não só no setor cultural e esportivo, mas em todos os outros ângulos de nossa merecida sociedade, para a grandesa de Campo Mourão e conseqüentemente de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador MARINO BRANDÃO BRAGA, Meretíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando seja criada a 2.ª Vara Judiciária na Comarca de Goioerê.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

Goioerê é um dos grandes municípios do Estado do Paraná, contando atualmente com aproximadamente 60.000 (sessenta mil) habitantes dos quais 33.000 (trinta e três mil) eleitores, tendo ainda na sua Comarca além dos distritos, o Município de Moreira Salles.

Dado o volume de sua população, a Comarca conta atualmente com mais de 5.000 (cinco mil) processos em andamento e por essa razão necessita de mais um Juiz para dar atendimento às Causas da Justiça naquela comuna.

Esta também é uma solicitação de setores representativos da comunidade e OAB regional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado telex ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, solicitando a mudança do Ministro da Agricultura e que no posto do Sr. Amaury Stábile, seja nomeado um Ministro, que além de paranaense, tenha representação no setor rural.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Fiori Luiz.

JUSTIFICATIVA:

Todas as entidades de representação rural já solicitaram a demissão do Ministro da Agricultura, Amaury Stábile.

A essa voz se somaram as principais lideranças políticas de todos os partidos. Agora, notícias de Brasília dão conta de que o Ministro está demissionário, conforme seus assessores já haviam comunicado à Comissão de Deputados do Pa-

Paraná que a visitaram no último dia 21. O Ministro Stábile serviu de pára-choque para os desmandos da Secretaria de Planejamento, e que, só por isso, já deveria sair do Ministério, onde não tem nenhuma voz ativa. O último exemplo foi o desespero que o Ministro Amaury Stábile demonstrou na entrevista com os Deputados do Paraná, ao tentar uma solução para a crise da suinocultura, porém encontrou o veto do Ministro Delfim Neto, que parece defender outros interesses; e então procurou o Ministro Golbery do Couto e Silva — que além de estrategista político, virou estrategista de suinocultura — para tentar uma solução para a crise.

Queremos, agora, é um Ministro da Agricultura que saia do Paraná. Não daqueles ministros burocratas, que antes foram nomeados sem nada entender de produção e comercialização agrícola e pecuária.

Reivindicamos — e temos bons nomes para isso — um Ministro da Agricultura que além de paranaense seja representativo do setor rural e que encaminhe soluções para os problemas da agricultura. E isso é muito justo, tendo em conta que o Paraná tem sido e é, um dos grandes produtores agrícolas do Brasil, porém, encontra-se marginalizado na administração federal, e exige participação nos grandes problemas nacionais, inclusive no que diz respeito à produção rural.

Conclamamos as classes produtoras a se incorporarem a esta justa reivindicação dos produtores rurais do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do incluso recorte de jornal, bem como, solicitar ao Sr. Secretário de Justiça as seguintes informações:

1 — Se os reclusos JOÃO CARLOS MARTINS CASTILHO; BENEDITO DA COSTA, vulgo "Fico"; OSMAR LEAL DE LIMA e JAIME DE SOUZA MARTINS, vulgo "Catarina", foram colocados em regime de prisão especial por determinação judiciária? Em caso negativo, por ordem de qual Diretor?

2 — Qual a pena restante dos elementos acima mencionados?

3 — Se algum dos reclusos enumerados no item n.º 1, participou do seqüestro do então Diretor da Penitenciária Central Luiz Chemin Guimarães?

4 — Quantos reclusos ou detentos estão atualmente gozando dos benefícios da prisão especial, com ou sem determinação judicial? Fornecer relação dos mesmos e o nome e cargo da autoridade concedente.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980.

a) José Tavares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofícios aos Srs. Secretários de Estado da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, ao Diretor da Polícia Civil, Dr. LUIZ CHEMIN GUIMARÃES e ao Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, Dr. JOAQUIM SEVERINO, para que determinem a investigação dos fatos que estão ocorrendo na localidade de Três Barras ou Pedreira, Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Nestor Baptista.

JUSTIFICATIVA:

Segundo correspondência recebida do Sr. LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA, existem 11 (onze) famílias de pos-

seiros, residentes no local denominado Três Barras ou Pedreira, no Município de Guaratuba, que vivem do cultivo de suas lavouras.

Há muito tempo, apareceu um grileiro, chamado KOWAZUSKI, querendo invadir o terreno. Os posseiros foram procurar a Justiça e, segundo eles, não foram atendidos. Dirigiram-se então, até Paranaguá, onde procuraram o Vereador Massami Takayama, que os levou até o Instituto de Terras e Cartografia — I.T.C. — pois eles estavam cortando madeiras. Foram prontamente atendidos e o engenheiro florestal esteve no local, vistoriando toda a área e prometeu expedir Títulos de Ocupação de Posse para as onze famílias.

Quando o grileiro KOWAZUSKI tomou conhecimento do fato, imediatamente entrou em contacto com os familiares e contratando jagunços, invadiram as terras fortemente armados, fazendo ameaças de morte a todas as famílias, inclusive matando um cachorro a tiros no quintal, dizendo que se não abandonassem o local, teriam o mesmo fim.

Imediatamente os posseiros foram até a Delegacia de Guaratuba, mas o Delegado alegou que não poderia fazer nada, porque não dispunha de condução para o atendimento. Solicitaram então, a intimação do Sr. KOWAZUSKI, que reside em Guaratuba, mas não foram atendidos. Viajaram novamente até Paranaguá, para levar os fatos ao conhecimento do Vereador Massami Takayama, que os acompanhou até Guaratuba, solicitando ao Delegado a abertura de Inquérito e a intimação do Sr. KOWAZUSKI, para que o mesmo fosse ouvido. A Polícia foi até a casa do mesmo e o trouxe, quando foi aberto um Inquérito Policial, com o depoimento de todos os envolvidos.

Por algum tempo, não foram incomodados, e o Instituto de Terras e Cartografia convocou-os para a entrega dos Títulos de Ocupação e Posse. Quando o Sr. KOWAZUSKI tomou conhecimento da entrega dos Títulos, não conformou-se, e começaram as ameaças novamente, para expulsar todas as famílias. Jagunços foram contratados e fortemente armados invadiram as terras, dando tiros a esmo, inclusive uma das balas, veio a cair dentro da casa do Sr. Luciano de Almeida Souza — anexo xerox da mesma. Foram então procurar o Delegado de Guaratuba, e ele mandou que fosse registrada a queixa, que ficou no esquecimento.

Diante dos fatos acima narrados, os posseiros solicitam a localização do Processo de Inquérito aberto em Guaratuba, para que sejam tomadas as providências cabíveis e eles possam trabalhar sem serem incomodados pelos grileiros, porque estão devidamente documentados pelo Poder competente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofícios aos Srs. Secretários de Estado da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, ao Diretor da Polícia Civil, Dr. LUIZ CHEMIN GUIMARÃES e ao Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, Dr. JOAQUIM SEVERINO, para que determinem a investigação dos fatos que estão ocorrendo na gleba Rio Sagrado de Cima, no lugar denominado Candonga, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Nestor Baptista.

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncias recebidas por este Parlamentar, juntamente com um abaixo-assinado com 200 assinaturas, o Instituto de Terras e Cartografia, Seção de Morretes, mudou o nome da Gleba Rio Sagrado de Cima e o lugar denominado Candonga, para Gleba Seis e o lugar para Canavieiras, causando profundo espanto, confusão e invasão nas terras dos mora-

Curitiba, terça, em 25/11/80

dores do referido lugar. Esses moradores já estão no local há mais de 50 (cinquenta) anos e possuem Títulos de Ocupação e Posse, fornecidos pelo I.T.C., e estão sofrendo agressões físicas e até ameaças de morte, por parte de elementos que se dizem autoridades credenciadas pelo I.T.C.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva deste Poder Legislativo, que doravante envie a todos os Parlamentares com assento na Assembléia Legislativa, em número de 58, cópias de todas as Mensagens Governamentais, as quais forem enviadas a esta Casa.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

Quando algum Deputado se interessa no estudo das Mensagens que o Governo envia para apreciação desta Casa, o mesmo tem que solicitar ao Departamento Legislativo a referida mensagem, para fazer a cópia, o que está acarretando sérias dificuldades, haja visto que com a determinação de limite máximo de xerox, isto está sendo impraticável, e, somente para citar um exemplo, o aditivo à Mensagem n.º 45/80, contém cinquenta folhas, o que para xerocar, quase esgota a quota que é insuficiente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 173/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor JOÃO CALIXTO DE MEDEIROS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) David Cheriegate.

APOIAMENTO:

Werner Wanderer, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, João Mansur, Jurandir Messias, Gabriel Manoel e Tércio Albuquerque.

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar o projeto pelo qual buscamos conferir o Título de Cidadão Paranaense ao Professor JOÃO CALIXTO DE MEDEIROS, forma de reconhecimento e gratidão que, como representantes do Povo do Paraná, devemos ao grande cidadão da CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE — C.N.E.C. — não havemos de nos ater só ao homem, mas entendê-lo e justificá-lo como o servidor do cenecismo paranaense, “O HOMEM BOM, como a boa árvore, só produz o BEM” já afirmaram.

E, no caso presente, devemos ressaltar a identificação do homem com a sua ação, no mais lúcido consórcio. O quanto devemos a ele, pessoalmente, quanto de inspiração idealista dele emana e contagia, pois, o Professor João Calixto de Medeiros, é uma lição permanente de integral devotamento a grande causa da C.N.E.C. E quanto devemos a este Movimento que, através do Brasil, vem implantando escolas e seguindo teimosa e persistentemente, criar a democratização do ensino, o ensino para todos, sem distinção de cor, religião, credo político e situação financeira.

Quatorze anos servindo a Campanha no Paraná, com dedicação, com amor, cumprindo os princípios e postulados da Entidade com a fé de um apóstolo, a decisão dos predestinados, a desambição de um samaritano.

Chegou ao Estado, vindo do Rio Grande do Sul, onde

deixara ali, o 1.º Curso Superior da C.N.E.C., no território das Missões, em Santo Ângelo, encontrou um Paraná que amanhecia para o progresso, ainda sem ter resolvido seus planos rodoviários e iniciando seu voo para o desenvolvimento. Aqui, solitário, com a família distante, foi eremita, viveu inquieto e saudosos dos seus, dormindo no escritório, onde trabalhava, num acanhado sofá, à rua Visconde de Guarapuava, 3165, onde era sediada a CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE.

Em companhia do Dr. Arnaldo Busato, Presidente da Diretoria Estadual, por caminhos de barro e lama, com as suas “botas de sete léguas”, percorreu todo o Estado, auscultando as comunidades, tendo aceito, com destemor de nordestino e amor de brasileiro, o grande desafio. Criar escolas para o povo, à que subsistiram, diante à indiferença de tantos a falta de idealismo de alguns, acresceu 150 unidades educacionais. Sem o acolhimento oficial, a todos tratando de igual para igual. Fez uma C.N.E.C. forte, e ela que ocupava no quadro geral o 17.º lugar no País, em menos de dois anos, ocupava um honroso 2.º lugar. Tornou-se uma força. Cresceu. E o sementeiro intimerato, na boa terra paranaense, espalhava escolas e criava também, participando ativamente, Faculdades como a de Palmas, Irati, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Sofreu muito, porque muito viveu o sonho e o ideal que lhe comandavam os passos.

Hoje, queiramos ou não, temos, no cidadão JOÃO CALIXTO DE MEDEIROS, um cidadão do Paraná, onde vive integrado aos anseios de seu povo, coração aberto às opções comunitárias, sempre atento aos reclamos de tantos que o procuram para dar a escola aos filhos. Mister sagrado! Que lhe custa tanto de despreendimento e amor, e que só lhe recompensa à consciência, cumprir seu ideário em prol de um Brasil maior e de um Paraná grandioso pela grandeza de seus filhos.

PROJETO DE LEI N.º 174/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade Pública a “Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon — FUNDEMAR, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon foi instituída pela lei municipal n.º 1.297, de 28 de agosto de 1.978, com o objetivo de, entre outros, promover a educação em todos os níveis e graus; promover estudos e pesquisas nos domínios da ciência e da educação, enfim, participar do desenvolvimento do município, atendendo as necessidades de educação e cultura.

Com estes objetivos a FUNDEMAR funcionando há mais de dois anos, declarada de utilidade pública municipal no art. 7.º, da lei acima referida, sendo mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon — FACIMAR.

Esta fundação preenche amplamente os requisitos previstos na lei n.º 6.994 de 10 de janeiro de 1.978, para ser declarada de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N.º 175/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE

PÉROLA — A.P.A.E., com sede e foro na cidade de Pérola.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Quielise Crisóstomo.

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Tem por finalidade promover o bem-estar e o ajustamento em geral das pessoas excepcionais, onde que se encontrem, estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e, posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 176/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede na cidade de Pérola.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1.980

a) Quielise Crisóstomo.

JUSTIFICATIVA:

Os Serviços de Obras Sociais, também designados pela sigla S.O.S., é uma sociedade civil, de caráter beneficente filantrópico e sem fins lucrativos, com sede à Praça da Matriz, na cidade de Pérola e tem por finalidade promover o bem-estar individual ou da família, considerada como um todo sem distinções políticas, religiosas ou de raça; prestando assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física.

A documentação anexada, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer dos ilustres Deputados com assento nesta Casa, o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito. (Ausente)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Lamentamos ter de voltar a esta tribuna para, novamente, abordar um problema que já poderia ter sido resolvido. Quero me referir à situação da suinocultura, uma atividade que já beira ao colapso e mais irremediável por falta de uma política coerente e justa para esse importante setor da economia dos Estados sulinos. Infelizmente as contradições têm sido bem maiores que os acertos e a dedicada classe criadora vem sendo penalizada nesses últimos anos.

Traduzindo os anseios gerais da suinocultura, aqui estiveram, na última semana, reunidas, as Comissões de Agricultura das Assembléias Legislativas dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, num encontro que decidiu por uma vigorosa tomada de posição, unânime de todos os Parlamentares, na defesa dos pontos básicos que consideramos inadiáveis para aliviar a tensa situação. Uma delegação

foi constituída, pelos Deputados do Sul do País, que manteve em Brasília audiência com o Sr. Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, a quem foram expostas as reivindicações mínimas dos suinocultores, dentre as quais a de um preço mínimo em torno de 60 cruzeiros o quilo, além da reabertura das exportações.

Vimos da Capital da República confiantes em que as aspirações da grande e dedicada classe seriam acolhidas pelo Ministério da Agricultura, tão positivos se mostraram os resultados da audiência com Sua Excelência o Sr. Ministro a quem o nosso Governador, Ney Braga, também já havia endereçado um veemente apelo em favor da suinocultura.

Uma grande decepção nos estaria reservada para ontem quando o Ministério da Agricultura anunciou os novos preços mínimos de Cr\$ 48,00 o tipo carne e Cr\$ 45,60 o tipo misto, além da banha a Cr\$ 40,80, valores bem aquém aos reclamos pela difícil conjuntura em que o setor está mergulhado.

Estamos agora renovando nossos apelos ao Sr. Ministro da Agricultura, para que os índices divulgados sejam corrigidos, sob risco de se perpetuar o lamentável estado de injustiça que está conduzindo à falência um significativo segmento de nossa economia, com nítidos e perigosos reflexos sociais.

Em toda região Oeste e Sudoeste do Paraná, a exemplo do que acontece nas zonas criadoras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, está em vias de irromper um amplo movimento de protesto, capaz de produzir imprevisíveis consequências, já que é impulsionado não mais pelos argumentos da razão, mas pela explosão do desespero.

Esse dramático quadro foi exposto em toda sua crudeza às autoridades federais que, ao longo desses anos têm pecado por deplorável omissão.

Queremos, também, aplaudir a posição decidida do Sr. Governador Ney Braga que passou todo o dia ontem em permanente contato com Brasília, renovando seus apelos e redobrando os esforços do Governo do Estado para que os entendimentos não malogrem e o Ministério da Agricultura reveja sua decisão.

Assim, o Governo Federal pode perceber que existe em todo o Paraná, como de resto nos Estados do Sul, uma compacta frente única em favor da suinocultura. Desejamos que esta Assembléia envie ao Ministro da Agricultura a sua posição, definida e irredutível, ao lado dos interesses maiores do nosso Estado.”

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Foram-se os dias de tranqüila vida urbana, neste País. Foram substituídos pelos dias de violência.

Foram-se os dias de relativa tranqüilidade rural, os males chamados urbanos chegam ao campo.

Vivemos todos inquietos e até sobressaltados com o quadro de violência. Vivemos numa sociedade violenta.

E se não bastasse esse clima de violência e de criminalidade que nos preocupa e assola não só nosso Estado, mas toda a Nação brasileira, crimes praticados pelas mais diferentes camadas da sociedade brasileira, temos assistido, também, delitos de grande repercussão, crimes contra o patrimônio e contra a vida dos cidadãos, serem praticados por pessoas que deveriam estar no lugar ideal, que é a cadeia, que é a penitenciária.

A imprensa do Paraná nos traz, hoje, informações de que uma quadrilha fora desbaratada pela Polícia Civil, quadrilha que vinha praticando uma série de crimes contra o patrimônio e contra a vida de pessoas deste Estado.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que dentro dessa quadrilha, existem elementos condenados, que constam da relação diária da Penitenciária Central do Paraná, por crimes de furto, de roubo, de assalto, de tóxicos, toda uma série de crimes, de grande repercussão. E como tal, esses elementos, aos olhos da sociedade, estariam recolhidos à Penitenciária.

Isso é uma coisa que nos preocupa muito. Porque, todos nós estamos expostos a ser vítimas de um elemento desse tipo e, no dia seguinte, não podemos provar que tora este, ou aquele elemento que fora autor do crime, porque ele deveria estar recolhido à Penitenciária.

O jornal "O Estado do Paraná", de hoje, traz a notícia de uma gang que foi desbaratada. E dentre os elementos dessa gang consta uma figura muito interessante, dentro do mundo criminal do Paraná: o Sr. João Carlos Martins, Castilho. Este cidadão recentemente ainda, o Tribunal de Justiça do Paraná confirmou uma condenação contra ele, por crime de assalto; é um homem que tem, contra si uma ficha de antecedentes criminais das mais pesadas do mundo criminal. Condenado por furto, por roubo, por assalto à mão armada, por tráfico de entorpecentes. Pois, esse homem estava solto, praticando assaltos. E, à noite, depois dos crimes, se recolhia à Penitenciária.

Agora, o mais encorajado é que esse cidadão ocupa, há mais de um ano, o cargo de assessor de Relações Públicas do atual Diretor da Penitenciária do Estado do Paraná — bacharel Renato Silvestre Araújo. Este Diretor da Penitenciária, inclusive, já foi assunto, nesta tribuna, por parte deste Deputado. Este cidadão também que não é de boa conduta, porque responde, na Comarca de Londrina, a um processo de receptação dolosa, está respondendo também, na Justiça Federal aqui em Curitiba, por crime de favorecimento à fuga de pessoa presa.

E não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a sociedade que já é vítima de injustiças sociais em decorrência de um modelo econômico injusto, implantado nesse País a partir de 1.964, que é vítima de violências cometidas pelas mais diferentes categorias sociais, venha a ser vítima também de pessoas que para nós, deveriam estar recolhidas na penitenciária, porque cometeram crimes que justificaram a sua condenação e o seu conseqüente recolhimento numa cadeia numa penitenciária. E este cidadão, por ocupar um cargo de absoluta confiança do Sr. Diretor da Penitenciária Central do Estado, tem permissão para de dia, fazer a vontade do seu superior e de noite, tirar vidas e roubar e furtar, como é o caso deste recente assalto em São José dos Pinhais.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que estou tomando a liberdade de encaminhar um requerimento à Mesa, e pediria a compreensão dos nobres Deputados aqui presentes, para pedir ao Secretário da Justiça que forneça algumas informações a respeito da situação dos reclusos e detentos das penitenciárias do Estado do Paraná, porque não é possível assistirmos passivamente, que elementos condenados estejam praticando crimes aqui fora.

É essa, Sr. Presidente, a razão da nossa vinda à tribuna nesta tarde.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE. — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Srs. Deputados. Uma cadeira vazia, uma voz sufocada, um grito rouco. Rotterdam, Tribunal Bertrande Russel na Holanda não teve a honra de receber o mais nobre dos homens, o mais puro e o mais sincero dos brasileiros, mas ele mesmo disse: a

História não se queima, não se rasga, não se joga fora. Se guarda na cabeça. A História certamente registrará este momento, este dia e os fatos que certamente proibiram a ida do cacique Mário Juruna, não para acusar, mas para relatar ao mundo, o genocídio que se pratica no Brasil contra o índio, contra a civilização indígena. O cacique dos brancos proibiu o cacique dos índios de levar ao mundo a verdade que os índios vivem no Brasil.

Senhores, realmente é lamentável imaginar a cadeira vazia em Rotterdam, mas nós e o povo brasileiro que convivemos com o arbítrio, nós que sentimos a necessidade de uma redemocratização plena desta Nação, nós os brancos sabemos perfeitamente que quem está fora não entra, quem está dentro não sai. Quem quer ficar não fica, quer quer sair também não sai.

O Presidente da FUNAI, Coronel Nobre da Veiga, que sucede ao General Ismar, General este, que certa vez, mentiu para um cacique, mentiu para uma Nação. E este mesmo cacique de gravador nas mãos, provou ao Brasil e ao mundo, de que ele não tinha mais condições morais de continuar na FUNAI. E ele saiu.

Desta vez, é Nobre da Veiga que mente para o mundo, que mente para os índios e para os brancos, dizendo que Juruna é um índio que vive a explorar os brancos, que vive a explorar os índios. Mas Juruna respondeu a ele, que até hoje, ele não vendeu um palmo de terra dos seus índios, o que a FUNAI vem fazendo, permitindo com que fazendeiros do Mato Grosso, fazendeiros de toda a Amazônia legal, e até do Paraná, venham sempre a roubar a terra dos índios, quebrando com isso, ainda mais o seu habitat natural.

O índio sempre foi vítima. Foi vítima da colonização portuguesa que o levou à escravidão. E ele se libertou desta escravidão através da fuga para o interior. É o caso por exemplo, dos Xavantes que moravam à beira do mar e com a conquista da terra pelos portugueses, eles foram se arredando ao interior e hoje habitam parte de Goiás e parte de Mato Grosso.

Eu gostaria de deixar aqui registrado Srs. Deputados, o testemunho de quem convive e conviveu com Juruna nos últimos cinco anos, que é realmente um homem dotado de uma sensibilidade muito profunda, um homem sensível ao problema ecológico, sensível ao problema dos Direitos Humanos. Ele é um índio muito mais branco do que muitos brancos, que não são brancos, muitas vezes são verdes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. —
(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento, solicitando envio de telex ao Sr. Presidente da República, nesses termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado TELEX ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, solicitando a mudança do Ministro da Agricultura e que no posto do Sr. Amaury Stábile, seja nomeado um Ministro, que além de paranaense, tenha representação no setor rural.

Sala das Sessões, aos 25 de novembro de 1.980

JUSTIFICATIVA:

Todas as entidades de representação rural já solicitaram a demissão do Ministro da Agricultura, Amaury Stábile.

A essa voz se somaram as principais lideranças políticas de todos os partidos. Agora, notícias de Brasília dão conta de que o Ministro está demissionário, conforme seus assessores já haviam comunicado à Comissão de Deputados do Paraná que o visitaram no último dia 21. O Ministro Stábile serviu de pára-choque para os desmandos da Secretaria de Planejamento, e que, só por isso, já deveria sair do Ministério, onde não tem nenhuma voz ativa. O último exemplo foi o desespero que o Ministro Stábile demonstrou na entrevista com os Deputados do Paraná, ao tentar uma solução para a crise da suinocultura, porém encontrou o veto do Ministro Delfim Neto, que parece defender outros interesses; e então procurou o Ministro Golbery do Couto e Silva — que além de estrategista político, virou estrategista de suinocultura — para tentar uma solução para a crise.

Queremos, agora, é um Ministro da Agricultura que saia do Paraná. Não daqueles ministros burocratas, que antes foram nomeados sem nada entender de produção e comercialização agrícola e pecuária.

Reivindicamos — e temos bons nomes para isso — um Ministro da Agricultura que além de paranaense, seja representativo do setor rural e que encaminhe soluções para os problemas da agricultura. E isso é muito justo, tendo em conta que o Paraná tem sido e é, um dos grandes produtores agrícolas do Brasil, porém encontra-se marginalizado na administração federal, e exige participação nos grandes problemas nacionais, inclusive no que diz respeito à produção rural.

Conclamamos as classes produtoras a se incorporarem a essa justa reivindicação dos produtores rurais do Paraná.”

É preciso um Ministro da Agricultura Sr. Presidente, que defenda os nossos altos interesses. O Paraná está aí a mercê da gangorra dos interesses estrangeiros e até mesmo de interesse de outros Estados da Nação. E as farsas vão surgindo: a peste suína, uma farsa; erradicação do canco cítrico, uma farsa; a ferrugem no café, outra farsa; erradicação do café, outra grande mentira.

São crimes contra a economia deste Estado, às nossas barras. E nós ficamos impotentes e às vezes até omissos.

O preço do café no mercado oscila de Cr\$ 5.400,00, Cr\$ 5.500,00, Cr\$ 5.700,00 e os produtores do Norte do Paraná já falam, novamente, em uma nova etapa de erradicação de cafeeiros, o que se ocorrer, além de desequilibrar a nossa economia vai aumentar o número de bóias-frias.

Ou defendemos os interesses, ou o Paraná continuará sendo um fundo de quintal, onde quem menos manda é o nosso povo; onde quem menos manda é a nossa gente que somos nós, os políticos representativos do povo.

É nesse sentido que encaminhamos o apelo ao Presidente da República. É hora do Paraná ter o seu Ministro da Agricultura em Brasília, Sr. Presidente.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Somos forçados, somos obrigados a reconhecer a verdade, porque da verdade ninguém foge. Quando vemos uma comissão de companheiros desta Assembléia ir a Brasília para dialogar com o Ministro que nada sabe, que nada faz sem autorização do Super Ministro Delfim Neto, somos obrigados a votar com o requerimento do nobre Deputado Fiori Luiz, onde pede para que um paranaense represente este Paraná e o Sul do País no Ministério da Agricultura. Para dizermos um basta e para nos incorporarmos ao Governo Ney Braga que está lutando pelo Paraná e pela sua gente.

O nosso voto é favorável à solicitação do requerimento do Deputado Fiori Luiz, porque é uma vergonha para o Brasil, é uma vergonha para nós, Parlamentares, servirmos de chacota

ao Ministro Stábile, que deixa Deputados na antessala e vai consultar o super Ministro do Planejamento.

É a hora dos paranaenses se unirem num bloco monolítico, porque quando a carne de suíno é solicitada para o mercado brasileiro, é tabelada pelo vil preço de quarenta e oito cruzeiros, vemos os supermercados e vemos as multinacionais a tripudiar sobre o nosso povo, se um quilo de carne da pior qualidade de suíno, no supermercado custa Cr\$ 162,00 e se a carne melhor custa Cr\$ 192,00.

Onde está a sensibilidade deste Ministro que devia estar na rua ou na cadeia, talvez. Onde está a sensibilidade do povo brasileiro? Onde está o nosso povo, onde os insumos sobem diariamente, onde a ração para os suínos sobe diariamente, consegue-se abaixar a cabeça e fazer ouvidos moucos. Mas é necessário agora não fazermos como o avestruz. Temos que nos unir sob a liderança do Poder Executivo, que é o Governador Ney Braga, para dizermos um basta para esses homens que estão esfolando o nosso povo; para esses homens que estão desgastando os homens do Governo que querem trabalhar por sua terra e por sua gente. E é nesta hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu quero dar o meu voto de confiança ao requerimento do Deputado Fiori Luiz para que isto seja um grito de alerta para os homens de bom senso que estão a lidar na política, seja de qual partido for. Devemos nos unir para derrubarmos este Ministro e também para estarmos contra e um alerta contra este super-ministro que se chama Delfim Neto. Servindo de chacota, onde diz: “Plante pouco que o gordo é louco”. É louco mesmo, o homem é paranóico; o homem está a atacar a economia nacional. O homem, o representante das multinacionais, está a atacar, vejam Senhores, como ele vai fazer para os coitados que pagam o BNH, vejam o que estão fazendo conosco, os coitados dos Deputados que vamos pleitear votos, na égide do partido, que está às portas da falência, com a orientação do Ministro Delfim Neto. O homem que manda, que quer mandar até no Presidente da República. Então é hora, é hora decisiva do brasileiro, de dizer um basta para Delfim Neto e um basta para Amauri Stábile. E vamos estar juntos com os porcadeiros do Norte Pioneiro; vamos estar juntos com os homens que querem ver esta Nação, um esquema onde as multinacionais façam o seu negócio, mas não sufiquem a economia nacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa deverá apreciar dentro em pouco, um requerimento de autoria do nobre Deputado Mário Celso, que pede informações à Secretaria do Interior, com relação aos problemas que vêm causando os loteamentos, nos mananciais de água, do Município de Piraquara. (Lê):

“É com grande satisfação que vejo surgir oportunidade para que o Secretário do Interior amplie a divulgação do trabalho que vem desenvolvendo com grande empenho, relativo à proteção dos mananciais.

Como é do conhecimento de todos, água de boa qualidade é fator essencial para o bem-estar da população. Assim sendo, os Secretários do Interior e do Planejamento, não têm medido esforços para proporcionar melhores condições de vida para toda a população paranaense e no presente caso para a região metropolitana de Curitiba.

Todos nós sabemos que os atuais mananciais podem atender à demanda desta região por apenas mais vinte anos. Também sabemos que desgrazadamente uma série de loteamentos foram feitos exatamente onde estão a maioria desses mananciais, o que significa um grau de poluição incontornável, capaz de gerar grande número de doenças e infecções à toda a população.

Apesar disso ser amplamente sabido, de longa data, apenas agora, no Governo Ney Braga, começam a ser tomadas medidas concretas.

O Secretário Renato Johnsson iniciou um corajoso programa de desativação desses loteamentos que em linhas gerais consiste em remover os moradores já instalados e destinar a área para outros fins não poluentes. Trata-se, inegavelmente, de equacionar um problema social, que diz respeito diretamente à saúde não de uma pequena população ribeirinha, e sim, de um milhão e quinhentos mil habitantes da região metropolitana.

Como Deputado da região acompanhei passo a passo, as reuniões com líderes comunitários, loteadores, autoridades municipais e religiosas, técnicos e políticos.

Nessas reuniões pudemos constatar que de um total aproximado de 23.000 lotes existem 1.397 ocupados, a maioria em locais insalubres e de péssimo acesso. Essas pessoas irão trocar seu terrenos por lotes em áreas que a Secretaria do Interior e a Secretaria do Planejamento estão viabilizando a aquisição. Além disso, a COHAB-Curitiba também está engajada no problema.

Vão morar em condições muito superiores, pois estarão mais próximas e com toda infra-estrutura. Os lotes remanescentes, a maioria ainda em mãos dos loteadores conforme cadastramento realizado, poderão ser transformados em pequenas chácaras de modo a evitar concentração populacional.

Assim sendo, só posso votar favoravelmente ao "Pedido de Informações" proposto pelo nobre Deputado Mário Celso, pois todos nós que lemos atentamente o Decreto n.º 2964/80 e observamos o mapa que o integra, delimitando as áreas de proteção dos mananciais, podemos avaliar quão importante é a tarefa a que se propõe a equipe do Governo."

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa, através do Líder de nossa bancada, Deputado Erondy Silvério, irá votar favoravelmente o pedido de informações do nobre Deputado Mário Celso, para que o nosso Secretário do Interior, Dr. Renato Johnsson, possa prestar melhores esclarecimentos, e possa dizer do trabalho que vem desenvolvendo em favor daquele município, conjuntamente com o Secretário do Planejamento e com o Prefeito Luís Cassio Fernandes, que têm envidado esforços no sentido de resolver este problema tão grave que é de toda a região metropolitana de Curitiba.

Porisso, queremos nos congratular com o Deputado, que com esse requerimento há de proporcionar oportunidade para que o Secretário do Interior possa trazer esclarecimentos a esta Casa, e possa demonstrar o grande trabalho que a Secretaria vem desenvolvendo em nome da administração do Governador Ney Braga.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basilio Zanusso) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci. — (Declina).

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito, ainda no Grande Expediente.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos hoje, pela manhã, assistindo à exposição do Secretário Vesperto Mendes, no auditório do Edifício Castelo Branco. Presentes, praticamente, todos os Secretários de Estado, funcionários de Secretarias, o Governador Ney Braga e Deputados desta Casa, e, ao lado dos Deputados José Domingos Scarpellini, Waldyr Pugliesi, José Tavares, e, evidentemente, outros Deputados do PDS, acompanhamos com vivo interesse a expo-

sição do Sr. Secretário, inclusive no áudio-visual, quando foram expostos os planos preliminares do projeto METRONOR — Metrópole Linear do Norte do Paraná. E, de posse do material que ali foi distribuído, temos em mãos, nós podemos constatar que se trata, evidentemente, de um projeto audacioso, arrojado até, mas um projeto voltado para o futuro.

É preciso planejar com as vistas voltadas para o futuro.

E na oportunidade que foi dada a palavra livre para os que quisessem se manifestar, fizemos chegar ao Secretário Vesperto Mendes que o METRONOR é um projeto que não pode ter tutela deste, ou daquele partido, porque entendemos que o maior partido é o Estado do Paraná. E a região Norte do Paraná está, há muitos anos, reivindicando obras, benfeitorias, não como um favor, mas dentro de um critério de justiça e de retorno. Porque, o Norte do Paraná é, hoje, uma das regiões que mais contribuem para o erário público.

Sabemos que é preciso uma abertura tributária, porque, a cada 100 cruzeiros que o município arrecada, 60 vão para o Governo Federal, 33 para o Governo do Estado, ficando apenas 7 cruzeiros para o município.

Esse poder centralizador tem criado uma série de problemas para as prefeituras do interior que lutam com dificuldades e que, constantemente, estão de chapéu na mão, nos corredores de Secretarias, ou de Ministérios, em Brasília.

O projeto METRONOR vai mobilizar, evidentemente, todas as grandes forças vivas deste Estado.

O Norte do Paraná, dentro desse projeto, teria a sua linha de Iporã-Paissandu, favorecida pelas obras.

Entendemos que a criação do METRONOR, como disse o próprio Secretário, é mais um mecanismo para se buscar verbas federais, para serem aplicadas no Estado do Paraná.

Não pregamos, é claro, o divisionismo, mas é preciso que a representação política do interior, e especificamente do norte paranaense, passe a exigir um pouquinho mais de retorno para aquela região. Por exemplo, a duplicação da BR-376 — Londrina-Maringá, onde transitam mais de vinte mil veículos por dia, é uma reivindicação muito antiga dos norte paranaenses.

O problema da captação das águas do rio Tibagi, problema que também transmitimos ao Secretário Vesperto Mendes, pois quando se fala na infra-estrutura industrial dentro do projeto METRONOR, não se pode esquecer o problema do abastecimento da água que é um dos pontos fundamentais.

E em 1970, o Escritório Enaldo Cravo Peixoto, do Rio de Janeiro, fazia um projeto de captação de água do rio Tibagi, que serviria às cidades de Iporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira e Jandaia; retornando após, em função da própria topografia, da região.

Porém, esse projeto foi reduzido, segundo um pedido de informações que encaminhamos à SANEPAR e cuja resposta obtivemos à semana passada, esse projeto foi reduzido, ficando restrito apenas ao fornecimento das cidades de Iporã, Londrina e Cambé. O que não contestamos, evidentemente, e não criticamos. Mas, dentro do projeto METRONOR seria fundamental a captação da água do Tibagi, porque as experiências com o aquífero Botucatu e com os leitos pequenos de riachos, foram medidas improvisadas e que não surtiram efeito. A industrialização dos pontos básicos do projeto METRONOR e o Norte do Paraná, hoje se torna área prioritária em termos do Estado para industrialização.

O Sr. José Domingos Scarpellini — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Dentro de instantes, nobre Deputado.

O Parque Industrial de Curitiba, está no seu nível normal e nós fizemos três apelos já ao Senhor Governador do Estado, para que ele busque descentralizar o Parque Industrial e o Norte do Paraná dá os incentivos para implantação dessas indústrias, principalmente na grande Londrina, área polarizante de uma grande região onde há quatro anos não se implanta uma

indústria de médio ou grande porte, gerando hoje, por estatísticas extra oficiais, 60 mil desempregados em Londrina, muitos dos quais vindo para a Capital, vindo para Curitiba, buscando outros Estados.

Quando o grande partido é o Estado do Paraná, é o povo, nós nos juntamos e esperamos que o Projeto METRONOR saia da palavra e passe à ação, saia do papel e passe à prática, porque nos últimos anos, o Norte do Paraná tem recebido muito pouco pelo que produz para este Estado.

Por exemplo: do atual Secretariado do Governador, qual é o Secretário que é do interior, ou especificamente do Norte do Paraná, uma das regiões mais ricas do mundo? Ninguém. Em função dessas reivindicações tão antigas é que nós fazemos votos para que o METRONOR seja uma realidade palpável, para que o Governo busque centralizar os seus recursos, que entendemos são poucos, em função da ação centralizadora do Governo Federal, mas que busque distribuir equitativamente, com mais equanimidade os recursos obtidos desse Estado, e a área Norte do Paraná, é a área prioritária para este tipo de atendimento para se injetar recursos em todos os setores.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, que por sinal sugeriu ao Secretário Vesperto Mendes, deu a sua sugestão, a sua idéia, que acredito, vai esposá-la agora.

O Sr. José Domingos Scarpellini — Sr. Deputado, quando se fala sem os elementos necessários, sem a prova, sem os dados enfim, torna-se até certo ponto abstratas as colocações e as ponderações, mas nós, como todos os Deputados, como o Brasil viu o censo 80, é uma demonstração de que a agricultura brasileira, de que o campo brasileiro está falido e não mais às margens da falência.

60% do trabalhador rural — 60% do homem do campo, abandonou o campo no processo migratório e invadiu as cidades tornando estas inchadas, tornando a cidade o centro da miséria e, por conseguinte, marco inicial da criminalidade e dos problemas sociais que aí estão aflorando, que toda a Nação está realmente preocupada em tentar e resolver este problema social que a própria estrutura governamental criou.

Nós, ao analisarmos o projeto da METRONOR, já não hoje mais em Apucarana, sentimos uma falha gritante no projeto. E hoje, fizemos uma sugestão ao Secretário e também ao Governador do Estado, para que fizesse um projeto conjugado. Porque o projeto apresentado por Sua Excelência o Secretário do Planejamento, é um projeto que visa apenas o perímetro urbano, apenas o homem que habita a cidade. Ele esqueceu-se lamentavelmente, de projetar um projeto que viesse harmonizar o campo e a cidade.

Nós temos 60% da nossa mão-de-obra nesta região do Norte do Paraná, de homens que vieram do campo, cuja única técnica que domina, precariamente ainda é a enxada, é o trabalho como camponês. Este homem jamais será educado a exercer uma outra técnica, quer comercial quer industrial. Porque a vida e o mundo, lhe fez buscar uma outra profissão que é de camponês. Mas este homem tem que estar integrado dentro da sociedade, e não está.

Construiu-se em Londrina, 17 mil casas populares, são as favelas do futuro. Controli-se em Apucarana outras quatro mil, apenas para exemplificar. Como se as casas populares fossem resolver o problema do trabalhador rural. Quando, realmente, a solução estaria em se dar ao homem do campo a mínima condição de vida, pelo menos a mínima.

A concentração da propriedade rural na mão de poucos, a falta de incentivo do Governo, a falta de apoio ao homem do campo, fez com que ele se deslocasse em busca do que não perdeu. E nós então, demos a idéia ao Governador do Estado e ao Secretário, para que fizesse esse projeto conjugado, atendendo as cidades e o campo, o trabalhador do campo e o trabalhador da cidade.

E nós temos o exemplo já em Apucarana, de como pode-

ria se solucionar o problema do bóia fria a curto prazo. Está lá em Apucarana para quem quiser ver, o exemplo que nós vamos citar, uma granja coletiva, aonde na primeira fase, 30 famílias foram instaladas. E, esperamos que até o ano de 1982, trezentas famílias já no Município de Apucarana, famílias de bóias-frias retornem à sua vida no campo, morando no campo, trabalhando o campo e gerando riquezas para essa terra.

Esperamos que o Governo do Estado encampe a idéia da granja coletiva e assente novamente no campo, o homem do campo.

Porque senão as cidades serão assaltadas pelo alto índice de criminalidade, a prostituição precoce, o menor abandonado, o crime que está nas ruas não é a vontade do povo de praticá-lo, é a necessidade, é a fome e a barriga que pratica.

Mas, projetos e projetos foram feitos nesta Nação. Poucos executados e os que foram executados foram frustrados porque não houve seriedade. Entendemos que este, se feito com seriedade, mas também voltado não só para o homem da cidade, para o trabalhador da cidade, mas para o trabalhador do campo vai encontrar um resultado a longo prazo, muito bom.

E segundo, nobre Deputado, eu sempre estive à frente de um movimento ecológico na nossa região, sempre lutando pela conservação da natureza. E lá em Apucarana para citar, nós temos quatro nascentes, quatro rios que nascem em Apucarana que passaram a ser todos os quatro, infelizmente mortos, pela ineficiência do Governo do Estado, inclusive. Porque as denúncias, as mais sérias denúncias foram encaminhadas à SUREHMA, para que ela fechasse, inclusive essas indústrias que estão poluindo, matando fauna e flora ribeirinha, quebrando o ciclo ecológico, enfim, arrasando a natureza.

A lei existe e está aí. Nunca foi cumprida, porque são poderosos grupos econômicos que a deixam de cumprir, portanto não recebem sanção nenhuma. Rios, peixes, vegetação e o homem sendo agredidos.

E este projeto da METRONOR terá que ter rigorosamente uma legislação que venha atender o problema ecológico, porque a natureza agredida ela se revolta contra o homem e o homem vive da natureza.

E nós acreditamos que não existe progresso nenhum que justifique a agressão que a natureza vem sofrendo, não só no Norte do Paraná, como em todo o Brasil. A nossa legislação, um tanto carente está aí e não é cumprida. Precisava ser mais séria, mais abrangente, mais punitiva e não é.

Mas, mesmo essa que está aí, flexível, não é cumprida. Como então poderíamos acreditar que essa METRONOR viesse para cumprí-la?

É o aparte que faço, abordando dois assuntos que eu acho fundamentais: é o problema ecológico e fazer voltar ao campo o homem do campo, dentro deste projeto, não só na METRONOR, mas em todo o Estado do Paraná e principalmente naquela região onde a cafeicultura, os minifundiários foram arrazados pela ação do confisco cambial, do contrabando do café e da falta de incentivo que o Governo deu a essa classe produtora que foi por muito tempo o sustentáculo da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Deputado. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço ao nobre Deputado José Domingos Scarpellini, suas colocações, reforçando o nosso posicionamento. E eu gostaria, Sr. Presidente, de dar um voto de confiança e acreditar na seriedade deste projeto METRONOR.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Pela ordem, nobre Deputado Gilberto, primeiramente o Líder da nossa bancada, Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fiori Luiz, tenho prestado atenção ao pronun-

ciamento de Vossa Excelência e tenho acompanhado a elaboração do projeto METRONOR, principalmente na parte que tocou à Universidade Estadual de Maringá desde o ano de 1976 e agora finalmente chegando a esse quadro que aí está.

Entretanto, entendo que a visão que hoje nós temos do Brasil, é de um Brasil urbanizado, de um Brasil cuja população, embora com destinação e vocação rural, tenha entretanto uma vocação dada a conjuntura, muito grande pela ida para as grandes cidades.

E Vossa Excelência observa que a nível de Ministério de Interior, e a nível de Presidência da República, existe já, desde 1967, uma política governamental, criando as áreas e as zonas metropolitanas. Entendendo como região metropolitana aquela que na sua área fisiográfica, contínua ou não, tenha uma população de mais de um milhão de habitantes. E se Vossa Excelência for observar o que acontece em Curitiba, o que acontece em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém, que são as grandes regiões metropolitanas do Brasil, inclusive com verbas especiais, tanto do Ministério do Interior, como de diversos outros Ministérios, chega à conclusão que se está injetando uma série de recursos, com objetivo de corrigir distorções acumuladas, no curso da História brasileira.

E em contrapartida, Vossa Excelência, observará cidades, como Campinas, Ribeirão Preto, Juiz de Fora, Anápolis, Campina Grande, Caxias do Sul, Feira de Santana, Vitória da Conquista; e aqui no Paraná, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e agora Foz do Iguaçu, onde os problemas vão se acumulando e gerando uma série de distorções, inclusive pelo próprio BNH que nos seus loteamentos habitacionais, utiliza a estrutura fundiária rural. Então não houve conservação da meia encosta, não havendo conservação dos fundos de vale, não se guardando lugares para áreas de lazer, reflorestamento, e, — principalmente que é o grande mal das grandes cidades, que é a preservação dos fundos de vale. E já em 1977, usando esta mesma tribuna que Vossa Excelência utiliza hoje, nós enfatizávamos a necessidade do Governo, ao lado das áreas metropolitanas, já definidas por lei, das regiões metropolitanas já definidas por lei, que o Governo do Estado do Paraná ao menos a nível de Secretaria de Planejamento, criasse um organismo que tivesse um sentido altamente preventivo, ao invés do sentido corretivo que tem a maioria das áreas metropolitanas. Criando então um organismo que visasse fundamentalmente a organização do espaço urbano e rural, porque não se concebe organização e planejamento do espaço, dividido em urbano ou rural. Parece-me que fundamentalmente, deve-se lutar pela organização e ocupação do espaço urbano e rural. Porque no conceito de Weber, são os campos que organizam as cidades. A função específica da cidade só existe em razão da sua fonte específica de produção e esta existe nos campos, que então o Estado do Paraná tivesse uma maneira pioneira, não só esse projeto METRONOR, tentando uma metrópole linear de 120 e poucos quilômetros. Mas tivesse um organismo que planejasse a ocupação dos espaços urbanos e rurais e, especialmente, visando as áreas em vias de metropolização, num sentido muito preventivo, desde que as áreas metropolitanas hoje existentes absorvem recursos, mas, mais em sentido corretivo do que preventivo. Se de um lado o projeto METRONOR merece de antemão um voto de confiança de todos os homens do Paraná, ele não pode se esgotar apenas na metrópole linear, Londrina-Maringá. Mas é preciso que até mesmo em razão do "know-how" que esta Secretaria de Planejamento venha a obter em razão do Projeto METRONOR, ela estenda estes estudos para as áreas em vias de metropolização, como é o caso de Ponta Grossa, o caso de Guarapuava, o caso de Cascavel, o caso de Umuarama, o caso de Foz do Iguaçu, para evitar que depois uma soma muito maior de recursos seja investida em sentido corretivo e não em sentido preventivo, que seria o grande objetivo tanto do projeto METRONOR, como das áreas em vias de metropolização.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado, Deputado Renato Bernardi.

Deputado Gilberto Carvalho solicitava um aparte.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço, Deputado Fiori Luiz pelo aparte, para cumprimentá-lo pela maneira que Vossa Excelência e vários outros Deputados já se manifestaram, que encaram este projeto METRONOR, com seriedade, independente de cor partidária, mas, pensando em termos de Paraná, pensando naquela região que nós representamos, que é uma região que precisa, urgentemente, de medidas, que possam vir suprir os cafezais que tínhamos no passado, que ofereciam a mão-de-obra, e que hoje está se esvaziando.

Este projeto que foi hoje a debate é interessante, é interessante este encontro, porque as idéias surgem. Foi falando hoje sobre a situação do trabalhador na zona rural; foi mencionado agora há pouco, a granja comunitária, o projeto do bóia-fria, instalado em Apucarana.

É um trabalho montado pela Secretaria do Interior, com o apoio também da COHAPAR e que procuraram em terreno fértil, procuraram Apucarana, onde tem o Padre Walter, dedicado, homem voltado para a classe menos favorecida; e lá foi implantado. Deve ser implantado outro, também, na cidade de Jardim Alegre, idêntico ao de Apucarana.

Mas, voltando, nobre Deputado, ao projeto METRONOR, que irá beneficiar toda aquela região, todos aqueles municípios. É de suma importância, e eu não abordei hoje, naquele encontro, porque já havia falado com o Secretário, Dr. Vesperto, que, se se vai implantar este projeto, é uma região que oferece todas as condições, estradas, meios de comunicações, e também a mão-de-obra.

Mas, o que nós não temos é a mão-de-obra qualificada. Por que não fazer um estudo para que seja feita uma extensão, naquela região, de uma escola, nos moldes de uma escola técnica federal para que tenhamos, de sobra, com abundância, mão-de-obra especializada?

Será mais um atrativo para que as empresas que desejam se instalar no Paraná, possam procurar aquela região, para vir concluir e tornar uma realidade, esse projeto hoje exposto a todos nós.

Cumprimento Vossa Excelência pela maneira como está sendo encarado este trabalho em termos de Paraná.

O SR. FIORI LUIZ — Eu é que agradeço, nobre Deputado e sabemos que Vossa Excelência representa uma grande região, o Vale do Ivaí, uma região mergulhada em muitos problemas sociais, e que o senhor tem tido esta preocupação, esta sensibilidade para esses problemas sociais da região que Vossa Excelência representa.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB. Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, neste horário da Liderança da minha bancada, do PMDB, para dar, a este plenário, um quadro da situação que hoje, está vivendo a cidade de Maringá, com a greve geral, decretada pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá. E que recebeu a adesão de todos os professores e funcionários daquela instituição.

Hoje, na Universidade Estadual de Maringá, funciona, a meio pano, apenas o gabinete do Magnífico Reitor. Por solicitação do próprio comando central da greve, não entraram no movimento reivindicatório, embora solidário com ele, a equipe de segurança, para efeitos de preservação do patrimônio público daquela Universidade.

Fora disto, a adesão foi, e está sendo, de 98 por cento de

todo o quadro funcional, tanto docente, como de retaguarda daquela universidade.

Entretanto, não é o caso apenas da Universidade Estadual de Maringá, mas de cerca de 20 universidades que, no Brasil afora, estão, hoje, naquele processo de descompressão. Porque, enquanto perdurou a fase mais aguda e gritante do estado autoritário em que está mergulhado o Brasil, e que esteve mergulhado, nestes dezesseis últimos anos, a estrutura do poder dominante, neste País, privilegiando interesses da minoria no Poder, fez com que esta mesma estrutura de poder, toda ela fosse voltada para preservação, para melhoria, para garantia, para ampliação, desses privilégios.

Enquanto isso, Sr. Presidente, a força do trabalho, neste País, foi violentada, foi achacada, e sobre ela se exerceu o famoso arrocho salarial. E em cima das costas do trabalhador brasileiro, pretendeu a autocracia dominante, fazer a tão decantada recuperação da economia brasileira.

E, agora, passados esses dezesseis anos, conquistada pela sociedade civil uma série de passos à frente, são todos os trabalhadores que, hoje, saem às ruas, para exigirem os seus direitos.

No ano passado, em novembro, a Fundação Universidade Estadual de Maringá, em razão da Lei n.º 6.708, elaborou a Resolução n.º 04/80, do próprio Conselho de Administração da Universidade.

E esta Resolução dizia, em seu artigo 1.º:

"Fica estabelecido que a política de reajustes salariais da Universidade, passa a ser regida pela Lei Federal 6.708, de 30 de outubro de 1979."

Art. 2.º — "Os reajustes sobre função gratificada e em cargo em comissão, serão aplicados separadamente, nos mesmos índices e critérios da lei acima referida".

"Esta resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário".

Dê-se ciência. Cumpra-se."

E assim, Senhor Presidente, todas as carteiras funcionais de trabalho, dos professores e dos funcionários da Universidade Estadual de Maringá tiveram na parte referente aos seus reajustes semestrais, a anotação "Reajuste de acordo com a Lei 6.708, e de acordo com a Resolução 4/80 do Conselho Administrativo."

Entretanto, Senhores Deputados, por forças que a gente sabe que tem, sabe que existe, sabe que estão aí soltas, esta própria Resolução 4/80, foi revogada pela Resolução 73/80 do mesmo Conselho de Administração da Universidade de Maringá. Mas baseada em que, saiu essa revogação? Baseada no Ofício n.º 1.149 deste ano, do Senhor Secretário de Estado da Educação, Dr. Edson Machado, copiando o Ofício conjunto dos Secretários de Planejamento e dos Recursos Humanos, no qual está expresso que: "estão excluídos do regime estabelecido pela Lei Federal 6.708/79, os servidores do Estado do Paraná, os das suas autarquias e Fundações de Direito Público, ainda que regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho".

E foi, Senhor Presidente, uma própria ação administrativa do Governo do Estado do Paraná, a grande responsável pela deflagração da greve dos docentes e funcionários da Universidade de Maringá.

Quando nesta Casa o Deputado Fiori Luiz apresentava um requerimento colocando as reivindicações do Instituto Agrônomico do Paraná - IAPAR, com sede em Londrina e com sucursais nas principais regiões fisiográficas do Estado, colocadas as reivindicações da Fundação Universidade Estadual de Londrina, e anexava as mesmas reivindicações da Universidade Estadual de Maringá, esta Casa houve por bem rejeitar este requerimento, entendendo que o assunto estava "sub judice". Entretanto, Senhores Deputados, compreendemos e achamos que o parlamentar cuja raiz e cujas origens advém do contato direto e pessoal com os diversos segmentos da sociedade brasileira localizada no Paraná, ele tem um grau tão grande de legitimidade e de profun-

didade que é a colocação que o parlamentar fez, seja ele integrado à filosofia de Governo, seja ele numa postura de oposição à sistemática administrativa que está aí. Entretanto, tem uma legitimidade que falta, Senhor Presidente, aos tecnocratas, verdadeiros garçons do poder, que estão alugados a quem detém temporariamente este ou aquele Palácio. E enquanto os parlamentares, lembravam a esta Casa, lembravam à opinião pública do Paraná, a necessidade de o Poder Público não ser atropelado pelos conhecimentos e pelas circunstâncias, os próprios tecnocratas no afã de servir aos detentores do Poder, aos participantes da estrutura de Poder dominante, faziam de tudo para serem mais realistas do que o rei. E acabaram sendo os verdadeiros responsáveis pela situação que aí está.

Hoje, Sr. Presidente, é a Universidade Estadual de Maringá que entra no seu décimo-primeiro dia de paralisação total das suas atividades; depois de amanhã, a justiça estará julgando a ação trabalhista interposta pelos funcionários e docentes da Fundação Universidade Estadual de Londrina. E já aí, Sr. Presidente, a coisa muda um pouco de figura, porque lá na base regional, a Justiça do Trabalho não aceita o Governo do Estado como parte legítima para o litígio entre os funcionários e a Fundação que lhes nega o reajuste semestral.

Depois da Universidade Estadual de Maringá, depois da Universidade Estadual de Londrina, quem nos garante, Sr. Presidente, que não serão as outras fundações como o IAPAR, que estarão também neste movimento reivindicatório. É preciso seriedade no trato da coisa pública. É preciso que a lei federal que aí foi feita, vise basicamente as classes trabalhadoras assalariadas; e o professor, Sr. Presidente, nada mais é do que um trabalhador na área da Educação.

É preciso que esta lei que foi feita ontem, em outubro de 79, que criou uma polêmica e uma controvérsia entre as oposições defendidas pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e de outro lado pelo todo poderoso e intocável Ministro do Planejamento, Delfim Neto e já reformulada na sua forma para dar esse reajuste semestral aos trabalhadores.

É preciso que esta lei seja cumprida. Seja cumprida Sr. Presidente, por aquele órgão e por aquela instituição, que mais de perto tem a obrigação e tem o dever de cumpri-la, que é o próprio organismo público. Porque como é possível exigir-se da empresa particular o cumprimento da lei, quando o Poder público elabora leis, mas que são leis de fachada, de duplo sentido, embígua na sua elaboração, duvidosa na sua aplicação.

E aí está, a classe política se manifestou com a devida antecipação. Provisoriamente, Sr. Presidente, estamos tendo uma vitória da tecnocracia alugada aos detentores do Poder. Mas os prejuízos, Sr. Presidente, são sociais, são econômicos e acima de tudo, são prejuízos políticos para o Estado do Paraná. E quando isto ocorrer, os primeiros a abandonar o barco, são esses tecnocratas que aí estão, e que são os grandes responsáveis por muito de mal que acontece ao povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário. Tendo declinado, no horário reservado à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A pedido do Comitê de Imprensa deste Poder, e como naturalmente nos foi solicitado, não poderíamos, pela amizade que temos aos integrantes deste comitê e pelo trabalho sério que como sempre conduziram através dos jornais, enfim através de toda a imprensa o trabalho que aqui se realiza, sem que se discuta, eu gostaria de ler, a pedido deste Comitê de Impren-

sa, uma nota oficial. (Lê):

"O COMITÊ DE IMPRENSA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA reunido, através de votação secreta de seus membros, escolheu o nome do Deputado NELTON FRIEDRICH para "Deputado do ano de 1980".

I — A escolha não obedeceu nenhum critério, mas apenas o julgamento de cada um dos jornalistas integrantes do COMITÊ DE IMPRENSA, baseado nas observações diárias do comportamento de todos os membros do Poder Legislativo;

II — A indicação de um nome, feita anualmente, não implica em reconhecimento por parte dos órgãos de imprensa diária de nossa Capital ou de qualquer outro tipo de publicação que realize promoções anuais;

III — Para evitar que se especule sobre a forma de escolha, número de votantes e de candidatos, o COMITÊ DE IMPRENSA esclarece que a eleição se fez em três turnos, com todos os nomes de deputados sendo cogitados e analisados;

IV — O nome do Deputado Nilton Friedrich, no terceiro escrutínio, obteve oito votos contra apenas quatro dados ao deputado situado na segunda posição, estabelecendo maioria absoluta e uma nítida diferença que não deixa margem para dúvidas;

V — O "Deputado do ano de 1980", apontado pelo COMITÊ DE IMPRENSA será homenageado pelos jornalistas credenciados na Casa, no almoço do dia 3 de dezembro, devendo receber um diploma alusivo. E isto encerra o assunto.

as) ANTÔNIO CARLOS LACERDA — Presidente
SANDRA C. PACHECO — Secretária"

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 139/80, que declara de utilidade pública, a "Associação Missionários Servos dos Pobres", entidade com fins filantrópicos, com sede e foro em Curitiba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 139/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIOS SERVOS DOS POBRES, entidades de fins filantrópicos, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 147/80, que declara de utilidade pública, a "Liga Municipal Piquiriguaçu de Futebol", com sede e foro na cidade de Guaraniaçu. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 147/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a LIGA MUNICIPAL DE PIQUIRIGUAÇU DE FUTEBOL, com sede e foro na Cidade de Guaraniaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 148/80, que declara de utilidade pública a "Sociedade Esportiva e Recreativa Metalúrgica", com sede e foro na cidade de Guaraniaçu. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 148/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA METALÚRGICA, com sede e foro na cidade de Guaraniaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de Professora Elzira Correia de Sá, a unidade escolar do segundo grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 313/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que institui normas na elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, disciplina o montante de verbas destinadas aos Gabinetes de Representação e estabelece obrigatoriedade de depósito das verbas deste Poder junto ao Banco do Estado do Paraná S/A.. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contrário ao Projeto e ao Substitutivo Geral, que já inclusive, declinei meu ponto de vista e com base nele, voto contrário.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 65/80 (Mens. Govern. n.º 71/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios aqui especificados, objetivando a construção de prédios destinados à Delegacia de Polícia, Cadeia Pública e CIRETRAN, nas sedes dos citados municípios. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor Marcos Augusto Enrietti. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 150/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor Marcos Augusto Enrietti.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

a) **AIRTON CORDEIRO**

JUSTIFICATIVA:

As atividades do Professor Marcos Augusto Enrietti, junto ao Departamento de Medicina Veterinária, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, de longa data vêm marcando e destacando o ensino paranaense no cenário nacional e internacional. Não só no setor educacional, como no setor científico, social e familiar, a destacada personalidade do insigne mestre, justifica a homenagem que ora estamos propondo a este brasileiro que muito tem realizado em proveito da educação do Paraná. O "curriculum vitae" do ilustre mestre, que acompanha o presente, prova a justeza da honraria que através deste projeto de lei apresentamos à consideração dos Senhores Deputados com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 150/80

O Professor Marcos Augusto Enrietti, pelos longos anos de serviços prestados, como membro atuante do corpo docente da Universidade Federal do Paraná e pelo sem número de atividades relacionadas com os meios agropecuários de nosso Estado, se constitui, na realidade, uma figura emérita que, sem sombra de dúvida, se torna merecedora do reconhecimento que ora se lhe quer prestar, outorgando-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Examinando a iniciativa, do ponto de vista legal e constitucional, não vemos qualquer óbice que se lhe possa antepor.

Em conformidade com o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do presente plano de lei.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1980.

aa) **DENI SCHWARTZ** — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, com o apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Fundação de Estudos Sociais do Paraná, pela implantação em caráter pioneiro, do Curso de Administração Hospitalar em nossa Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela passagem do 28.º aniversário de emancipação política do Município de Florestópolis, ocorrido no dia 14 do mês corrente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Conselho Nacional de Propaganda, pela coordenação do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine a constituição do grupo de trabalho encarregado de estudar a ampla reformulação da Polícia Militar do Paraná. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente,

requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

12 Srs. Deputados aprovam; 17 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com o apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a designação de um oficial da Polícia Militar do Paraná, para exercer o Comando Geral da referida Corporação. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proclame o resultado da votação, eu desejaria que os Anais consignassem que a Bancada do PDS vem votando contrariamente ao requerimento do nobre Deputado Nilso Sguarezi, porque considera matéria vencida, Sr. Presidente, porquanto este Plenário já aprovou uma manifestação da Bancada do PDS, encaminhando ao Sr. Governador do Estado, para que encampe a pretensão da oficialidade da Polícia Militar do Estado do Paraná, que não depende do Governo do Estado.

Todos sabem que existe uma determinação em que as Polícias Militares, as forças para-militares do País, têm sempre o seu comando designado pela Inspeção das Polícias Militares do Exército Nacional.

Então, neste sentido a Bancada do PDS encaminhou documento que este Plenário aprovou por unanimidade, solicitando ao Sr. Governador Ney Braga, que encampasse, por considerarmos justa a pretensão dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Portanto, é por esta razão que estamos votando contra, porque consideramos matéria vencida, o requerimento em questão. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Antes que Vossa Excelência proclame o resultado do requerimento do Deputado Nilso Sguarezi, só queria dizer o seguinte, para que fique registrado nos Anais da Casa: eu, como Deputado do PMDB, não posso entender como que o nobre Líder do Governo orienta sua Bancada para votar contra este requerimento, mesmo porque a alegação que Sua Excelência faz de que a Bancada do PDS reuniu-se e deliberou encaminhar um telex ao Governador do Estado, quando estava em Brasília, pedindo a ele que interfira junto à esfera federal, em prol da oficialidade do Paraná, não ilide que este pedido do nobre Deputado Nilso Sguarezi seja também aprovado por esta Casa.

O nobre Deputado João Mansur, inclusive, — eu me lembro — aparteava o nobre Deputado Nilso Sguarezi, quando este fazia uma análise da crise que tomou conta da Polícia Militar no Estado do Paraná, inclusive com a prisão de vinte oficiais que se rebelaram contra o Comando Geral, e nesta hora, vejo também o nobre Deputado João Mansur, por quem eu tenho uma grande admiração, se posicionando contra, também.

Acho que o momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de nós nos unirmos em torno de objetivos comuns do Estado do Paraná.

O nobre Líder sabe que a designação dos comandantes para as Polícias Militares, realmente, compete, ao IGPM. Mas, quando esse é do Exército.

No caso de Minas Gerais, por exemplo, como o Comandante não é do Exército, o IGPM não tem nada a ver com isso.

Portanto, entendo que se a Bancada do PDS quer realmente ajudar, quer dar o seu apoio às reivindicações da Polícia Militar, entre as quais a substituição do Comandante Geral, ela não deve — no meu entendimento — deixar de apoiar o requerimento de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero agradecer as manifestações do Deputado José Tavares e, realmente, quando da minha intervenção, quando ocupava a tribuna o nobre Deputado Nilso Sguarezi, disse do nosso ponto de vista que era favorável que um oficial de nossa Polícia Militar ocupasse o Comando da Polícia Militar do Estado.

Mas, o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi é um requerimento político. E cabe à Bancada da Maioria, analisá-lo politicamente. E a nossa Bancada o fez, através da reunião que tivemos com nosso Líder, Deputado Erondy Silvério.

Já levamos ao Sr. Governador Ney Braga a nossa reivindicação com relação a esse problema. O problema, portanto, está entregue ao Governador do Estado. E ele, como comandante político, como comandante administrativo do Paraná, saberá dar, a este problema que envolve também o Governo Federal, a solução certa.

Portanto, votamos contra o requerimento, embora não neguemos que somos favoráveis a que um nosso oficial seja o comandante de nossa Polícia Militar.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa)

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

4 Srs. Deputados aprovam; 16 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de aplauso pela vitória alcançada por Campo Mourão, na disputa Cidade X Cidade, sobre Santos, no Programa Sílvio Santos (TV). — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública, Diretor da Polícia Civil e ao Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, no sentido que determinem a investigação dos fatos que estão ocorrendo na gleba Rio Sagrado de Cima. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Saúde, consubstanciado em reivindicação, no sentido de se reimplantar o adicional de auxílio de risco de vida, na base de 1/3 sobre o salário-base. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo e aplauso à Rede Ferroviária Federal S/A., que, atendendo apelo do Governo do Estado, através da PARA-

NATUR, está fazendo trafegar uma litorina entre Curitiba e Antonina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a Secretaria do Interior, em forma de pedido de informações, arguindo a respeito dos moradores que residem em área de preservação de mananciais. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. General Oziel de Almeida, reivindicando detalhes a respeito da iniciativa do CNP, visando continuar fornecendo "fuel-oil" às cooperativas que não conseguirem cumprir o prazo de substituição de seus secadores. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública, Diretor da Polícia Civil e ao Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, para que determinem a investigação dos fatos que estão ocorrendo na localidade de Três Barras ou Pedreira, Município de Guaratuba. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando seja criada a 2.ª Vara Judiciária na Comarca de Goioerê. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando à Mesa Executiva da Casa que doravante envie a todos os Parlamentares com assento nesta Assembléia Legislativa, em número de 58, cópias de todas as Mensagens Governamentais, as quais foram enviadas a este Poder. — A Comissão Executiva, para examinar o pedido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do recorte de jornal, bem como o envio de expediente ao Sr. Secretário da Justiça, em forma de pedido de informações sobre reclusos. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, encarecendo a mudança do Ministro da Agricultura, e que no posto seja nomeado um Ministro que além de paranaense, tenha representação no setor rural. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que esta Assembléia Legislativa se faça representar no ato de inauguração da sede do Banco del Paraná S/A., em Assunção - Paraguai. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, indagando sobre a situação funcional de servidores lotados na Escola Isolada Getúlio Vargas e Grupo Escolar Rocha Pombo, ambos no Município de Rancho Alegre. — Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 149 e 151/80.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/80.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/80 e de Lei n.º 150/80.

Levanta-se a sessão.